

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTADOS RUSSO E UCRANIANO

Por Marco Antonio de Freitas Coutinho*



“O chamado dos Varangianos” (Alexey Kivshenko/Domínio Público).

Deixando de lado quaisquer narrativas deste momento de conflito armado, este artigo busca responder à seguinte pergunta: Rússia e Ucrânia têm uma origem comum?

INTRODUÇÃO

“A Rússia do ano 2000 deverá centrar-se em três povos – russos, ucranianos e bielorrussos – o restante que se vá, se quiserem, seguindo seus próprios caminhos”. Alexander Solzhenitsyn (conforme citado por MORAN, 2003, tradução nossa).

Depois de mais de 10 anos preso e degredado em um *gulag* na Sibéria, o grande escritor e dissidente soviético Solzhenitsyn havia assim se expressado, em um livro publicado em 1995¹, sobre o futuro dos povos eslavos num mundo pós-soviético. Para ele, tal futuro estaria circunscrito a um núcleo central, formado pelos povos russo, ucraniano e bielorrusso.

Mas qual seria o motivo dessa previsão não ter se concretizado, particularmente no que se refere à Federação da Rússia e à Ucrânia? A formação do antagonismo que levou à Guerra Russo-Ucraniana, maior conflito armado europeu desde a Segunda Guerra Mundial, teria causas históricas, sociológicas ou geopolíticas?

¹ *A Questão Russa ao Final do Século XX. Nova Iorque: Farrar Straus & Giroux, 1995.*

De fato, o conflito bélico iniciado após a invasão das forças militares russas ao território ucraniano é o acontecimento com impacto geopolítico global mais significativo das últimas décadas deste novo século e milênio. Este impacto se mostra como uma consequência do processo de construção das identidades nacionais dos povos eslavos em geral e de formação dos Estados russo e ucraniano em particular.

O mundo entrou em uma cadência de alerta, com alinhamentos estratégicos sendo estabelecidos, ficando cada vez mais evidente que se apresenta um novo tabuleiro do xadrez mundial. Tabuleiro que é literalmente uma “caixa de Pandora”, sobre o qual jogam operadores que buscam estabelecer novos marcos civilizatórios. Jogo que, até agora, vinha se baseando em conceitos que tem alicerçado a história geopolítica mundial, tais como: povo, nação, estado e soberania. Estamos caminhando para uma mudança nesses conceitos basilares? Estariam estes conceitos sendo utilizados e manipulados para auxiliar na construção de uma nova ordem mundial?

Vladimir Putin afirmou, em discurso realizado em julho de 2021, que russos e ucranianos eram um só povo – um todo único (PUTIN, 2021). Segundo ele, essa ideia não teria sido motivada por considerações de curto prazo ou pelo contexto político contemporâneo. De acordo com o presidente russo, ao observamos o muro que vem sendo erguido nos últimos anos entre a Rússia e a Ucrânia, que segundo ele seriam partes de um mesmo espaço histórico, cultural e espiritual, se pode constatar uma tragédia vivenciada em comum por estes dois povos irmãos. Putin considera que tal tragédia seria uma combinação de erros cometidos pelas lideranças de ambos os países ao longo do história, mas, também, de esforços deliberados de atores externos que buscam consolidar seus respectivos interesses nacionais, no que ele compara com a famosa fórmula de dividir para governar.

Por outro lado, o professor Timothy Snyder, catedrático de História da Universidade de Yale, apresenta uma opinião bastante divergente. Segundo ele afirma de forma categórica, a argumentação de Putin não teria embasamento histórico pois, de acordo com ele, “se um ditador diz a você que há mil anos atrás alguém foi batizado, isso não quer dizer que sua nação seja a mesma de outra nação” (SNYDER, 2022. 11:16, tradução nossa).

Sobre alguém ter sido batizado, Snyder provavelmente se refere à Vladimir, que possuía os títulos de Grão-Príncipe de Kiev (na atual Ucrânia) e Príncipe de Novgorod (na atual Rússia). Vladimir se converteu ao Cristianismo Ortodoxo no ano de 988, tornando a fé ortodoxa a religião oficial da Rus de Kiev. Como veremos ao longo deste trabalho, a Rus era um Estado que englobava a maioria dos povos eslavos de leste, e que teria existido entre os anos de 862 e 1240, pela união de diversos principados e sob a liderança de um grupo não eslavo, na verdade, escandinavos. Obviamente, não há de se falar em russos e ucranianos neste período, pois tais classificações ainda não se aplicavam aos povos eslavos do leste.

Para entender melhor o presente, inclusive o sangrento e abominável conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia iniciado em fevereiro de 2022, precisamos conhecer a história desses dois Estados, mas também dos povos e nações que os integram. O que poderia parecer uma tarefa simples, qual seja, realizar um

trabalho de consolidação de informações contidas nos livros de história para entender o passado, logo se revela um desafio bastante complexo. E foi justamente na leitura das ideias das duas personalidades, Putin e Snyder, que onde surgiu a problematização do presente trabalho, fruto de uma dúvida científica razoável. Cada um deles desenvolve seu pensamento com focos distintos, o que é bastante esperado para um político, no caso o presidente Putin, e para um professor de história, no caso Timothy Snyder.

Mas seria de se esperar que as ideias de Putin tivessem um foco eminentemente político, enquanto Snyder traria para a discussão um foco acadêmico. Para quem já vem de longa data se aprofundando na história dos dois países em questão, e que já residiu ou visitou ambos, já numa primeira vista nota que as ideias das duas personalidades se revelam portadoras de narrativas que precisam ser tomadas e avaliadas com cuidado, e para tal, nada como empregar a metodologia científica para efetivamente analisar a formação de povos que evoluíram em sua cultura e tradições e formaram nações, que por sua vez se fixaram em territórios específicos, deram origem a governos próprios e, finalmente, resultaram em Estados distintos, que hoje se encontram em meio a uma guerra.

Procurando deixar de lado as narrativas que se acentuam em um momento de conflito armado, como vivemos no presente, este trabalho buscará responder à seguinte problematização: Rússia e Ucrânia possuem uma origem comum?

Certamente, seria impossível cobrir em poucas linhas todos os desenvolvimentos que ocorreram ao longo de mais de mil anos de história. Portanto, na etapa em que nos dedicaremos à evolução dos Estados selecionados, iremos nos concentrar em momentos que são considerados cruciais para a formação de ambos.

Desta forma, pretendemos contribuir para um melhor entendimento da questão russo-ucraniana. Não será propósito do presente estudo analisar as causas imediatas da guerra em curso, mas certamente as conclusões a que pretendemos chegar podem contribuir para melhor entendê-lo, livre de paixões e ódios.

ANÁLISE HISTÓRICA

De forma a buscar um melhor entendimento sobre a origem do antagonismo russo-ucraniano, parece importante começar a análise histórica por um ponto de partida, baseado no fato de que os povos eslavos hoje existentes compartilham efetivamente uma raiz linguística comum.

A LÍNGUA ESLAVA COMO RAIZ HISTÓRICO-CULTURAL

Segundo Sussex e Cubberley (2006), as línguas eslavas constituem uma das maiores famílias linguísticas do mundo contemporâneo, podendo ser subdivididas em três grandes grupos, que seriam os eslavos do sul, do leste e do oeste. Como integrantes do grupo eslavo do sul se incluem as línguas bósnia, sérvia e croata. Já o grupo eslavo do oeste inclui as línguas polonesa, tcheca e eslovaca. Finalmente, o grupo do leste inclui as línguas russa, ucraniana e bielorrussa.

O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial das línguas eslavas, conforme apresentado por Sussex e Cubberley (2006).



MAPA 1: Distribuição espacial das línguas eslavas.

Trilhando o caminho da história, verificamos que os povos eslavos do leste, ou seja, os povos que deram origem às atuais línguas russa, ucraniana e bielorrussa, possuem também uma origem geográfica comum, localizada na área demarcada no Mapa 2.



MAPA 2: Limites da concentração original dos povos eslavos do leste e sua expansão (séculos VI e VII), segundo Boris Ribakov, conforme citado por Magocsi (1996, p. 37). Mapa político atual, adaptado pelos autores.

O SURGIMENTO E ASCENSÃO DA RUS DE KIEV

Foi justamente nessa região onde, no período medieval, se formou um Estado denominado “Antiga Rus” ou, simplesmente, “Rus de Kiev”. Ali viviam as tribos eslavas do leste, ocupando um vasto e rico território. Estavam unidas por uma língua em comum, mas também por laços econômicos, decorrentes da exploração das valiosas riquezas naturais. Tais riquezas, particularmente as peles de animais e o couro, eram objeto de grande interesse dos povos localizados mais ao norte, os escandinavos, também conhecidos como Varangianos ou Vikings, assim como mais ao sul, o poderoso e imensamente rico Império de Bizâncio.

Conseqüentemente, rotas comerciais foram se formando ao longo dos rios da região, que foram exploradas pelos povos vikings, que buscavam atingir o rico mercado bizantino. Os povos eslavos do leste, até então politicamente pouco evoluídos e separados por disputas fratricidas, foram finalmente pacificados e reunidos, por volta do ano 862, sob um governo dos príncipes varangianos, que deram origem a uma dinastia denominada Rurik. Tal dinastia estaria continuamente à frente do Estados da Rus e, até 1462, da própria Rússia.

Mas no ano de 988, após o batismo na fé cristã ortodoxa de um dos descendentes da dinastia Rurik, a Rus de Kiev passa a ganhar também um componente cultural

muito forte. Tal governante foi Vladimir, que ficou conhecido na história como “o batista”, ou “o Santo”. A escolha espiritual de Vladimir foi um dos ingredientes mais importantes a forjar, no território sob seu governo, uma verdadeira nação para os povos eslavos do leste. Sua conversão também teve contornos políticos, pois representou uma aliança com o poderoso império bizantino, berço da igreja ortodoxa, que até hoje se faz presente na Rússia e na Ucrânia. Vladimir, o batista, foi ao mesmo tempo Príncipe de Novgorod (hoje território russo) e Grão-Príncipe de Kiev (ainda hoje capital da Ucrânia), situação que configura uma raiz comum para os Estados russo e ucraniano, mas também da Bielorrússia.

O trono do Principado de Kiev detinha uma posição dominante e central na Antiga Rus. Não é demais lembrar que a cidade de Moscou sequer existia naqueles tempos. E tal Estado recebeu, portanto, a designação de Rus de Kiev. As origens de tal Estado são hoje conhecidas com base num texto medieval, conhecido como as Crônicas de Nestor ou Crônica dos Anos Passados (CROSS, 1953), que cobre um período que vai do ano de 852 d.C. até o século XII. Uma versão deste texto, datada de 1377, que recebeu o nome de Crônicas Russas Primárias, também conhecido como o Texto Laurentino, tem sido a base de diversos estudos sobre este período. É desses textos que se extrai a famosa frase, que não deixa dúvidas sobre o papel representado por Kiev na história da Antiga Rus: “Que seja a mãe de todas as cidades russas”.

O Mapa 3 apresenta a distribuição espacial da Rus de Kiev em seu apogeu, por volta do ano de 1240 (MAGOCSI, 1996, p. 81).

A simples observação do mapa nos permite verificar que a maior parte da Rus de Kiev ocupava o território que hoje corresponde à porção europeia da Federação da Rússia.

Alguns aspectos permitem caracterizar o surgimento de um Estado, e que como já definimos anteriormente, envolveria a existência de um território, uma população ali residente e um governo com soberania. No caso em questão, a Rus de Kiev possuía um território mais ou menos definido e uma população eslava homogênea. Entretanto, chamaremos a atenção para dois outros aspectos centrais para o estabelecimento de um governo soberano: a formação de um sistema legal e o desenvolvimento de uma ordem econômica.

Segundo Magocsi (1996, p. 90), o sistema legal constituiu um fator integrador da sociedade da Rus. O resultado foi que, através do sistema jurídico implementado, os habitantes da Rus de Kiev e seus governantes locais reconheciam a existência de normas de comportamento, direitos e deveres. O sistema legal foi evoluindo ao longo dos anos, tendo atingido sua expressão mais avançada por meio da chamada *Pravda Russkaya*, ou Lei Russa, promulgada pelo Príncipe Yaroslav, o Sábio, em meados século XI.

Tratava-se de um código de leis, por meio do qual eram estabelecidas as condições pelas quais um cidadão poderia ser penalizado por crimes cometidos, e era subdividido em quarenta e três seções. Tal código foi posteriormente revisado pelo príncipe Vladimir Monomakh, no século XII. A elevada quantidade de cópias da Lei Russa descobertas, e ainda existentes em museus, sugere que o código foi

amplamente utilizado e serviu ao propósito prático de permitir que os juízes tomassem decisões com base em normas comumente aceitas.



MAPA 3: Rus de Kiev (por volta do ano de 1240).

A lei continha disposições do Direito Civil (relativas aos bens, obrigações, família) e do Direito Penal, e neste caso chama atenção a proibição de pena de morte. As punições poderiam ir da apreensão de bens, banimento ou, mais frequentemente, ao pagamento de multas. Mesmo assassinato e outros crimes graves estariam sujeitos a penalidades monetárias. Outro aspecto bastante interessante é que a Lei Russa estabelecia um estatuto igualitário às mulheres em relação aos homens, havendo penas específicas para assassinato de mulheres, assim como previsão legal para que elas assumissem a chefia da família e possuíssem propriedades.

No que se refere à ordem econômica, a própria ascensão da Rus de Kiev estava diretamente relacionada ao comércio com os escandinavos ao norte e com os bizantinos ao sul. Os príncipes Varangianos da dinastia Rurik estiveram sempre preocupados em garantir o controle das rotas comerciais norte-sul, que se desenvolviam por meio dos rios da região, ligando o Mar Báltico ao Mar Negro. Por conseguinte, o comércio internacional constituía o principal fator de integração na antiga Rus (MAGOCSI, 1996, p. 91).

Também a agricultura e a silvicultura constituíam pilares da vida econômica da Rus, pois das vastas terras que foram sendo agregadas ao Estado, eram obtidos produtos também altamente desejados, tanto no norte, quanto no sul, pois além de peles e couros, como já mencionamos, havia abundância em mel, cera, linho, cânhamo e grãos. Outro produto de grande importância econômica eram os escravos, estes direcionados ao comércio com o Império Bizantino. Em termos de importação, os comerciantes da Rus buscavam vinhos, armas, especiarias, seda, equipamentos para embarcações, joias, artigos de vidro e obras de arte (especialmente os ícones, após a introdução do Cristianismo). Em função do comércio com Oriente Médio, era comum a circulação de moedas árabes.

A INVASÃO TÁRTARO-MONGOL E O DECLÍNIO DA RUS DE KIEV

Do mesmo modo como ocorreu com outros Estados europeus desta época, a Rus de Kiev enfrentou um declínio progressivo do domínio central, mas a formação de um novo alinhamento de forças políticas naquele Estado embrionário não ocorreria até que, em 1237, um novo ator passasse a atuar em toda a Europa Oriental: os tártaro-mongóis.

A fragmentação se efetivou após uma avassaladora invasão mongol, liderada por Batu Khan e sua Horda Dourada, que devastou muitas cidades da Rus, particularmente Kiev, destruída após um sangrento cerco. A parte nordeste da Rus, cuja cidade mais importante agora passava a ser Novgorod, passou a ter uma soberania limitada, mediante pagamento de tributos. Por outro lado, as terras russas do sul e oeste foram anexadas pelo Grão-Ducado da Lituânia.

Em que pese a manutenção da sede da dinastia Rurik em Novgorod, os membros dos clãs que dominavam os demais principados remanescentes da Rus e seus boiardos (nobres) mudavam do serviço de um príncipe para outro, rivalizando entre si, mas também fazendo amizades e alianças. Mas a população em geral, tanto no oeste quanto no leste do espaço da antiga Rus, continuava falando a mesma língua e sua fé se mantinha ortodoxa.

A EXPULSÃO DOS INVASORES E O PRINCIPADO DE MOSCOU

Em um novo estágio de desenvolvimento histórico, tanto a Rus sob dominação lituana quanto a Rus de Novgorod poderiam ter se tornado pontos de atração e consolidação dos territórios da Antiga Rus. Ocorre que, ao longo dos séculos, a cidade de Moscou surgiu e se fortaleceu na porção do extremo leste da antiga Rus, acabando por se tornar um centro de poder, já que ali se firmaram os descendentes de um novo príncipe Rurik, Alexander Nevsky, responsável pela expulsão dos invasores suecos e teutônicos que ocupavam a região norte.

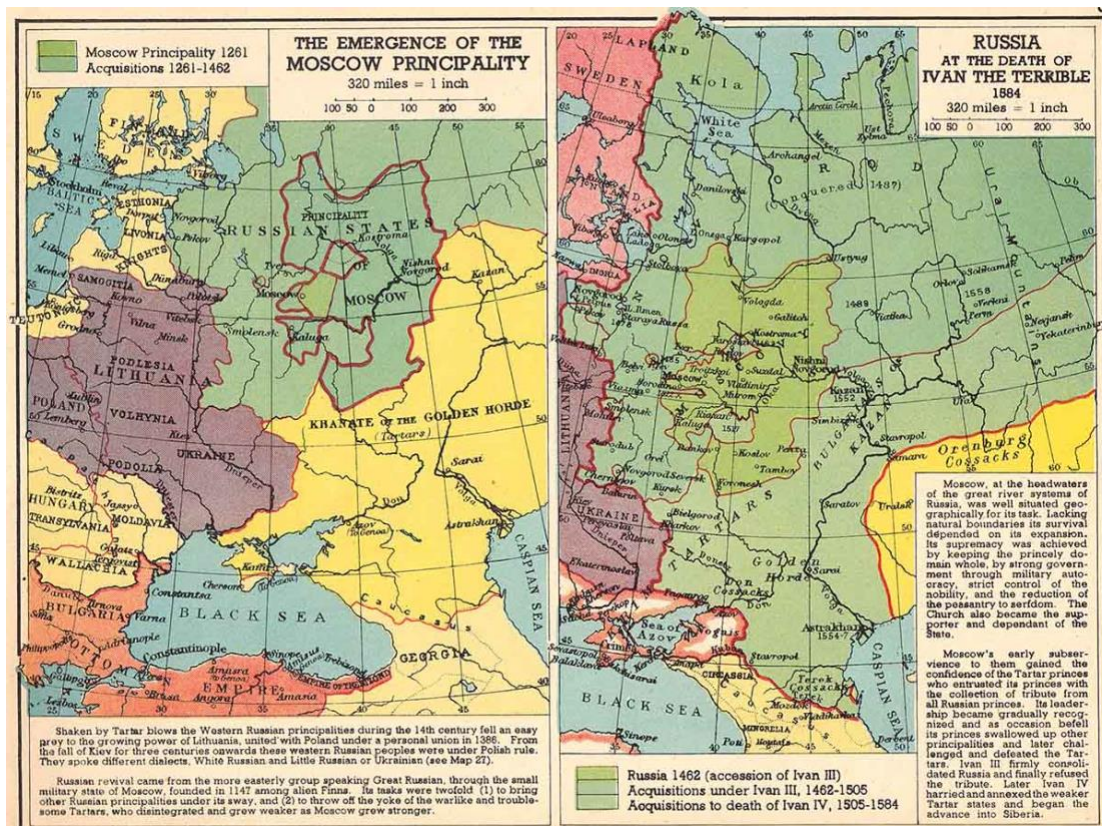
Por volta do ano de 1378, Moscou já era a capital espiritual dos principados eslavos ortodoxos e enriquecia frente aos demais principados. Naquele ano, o príncipe Dmitry de Moscou, ou Dmitry Donskoy, organizou uma revolta contra os tártaro-mongóis, recusando-se a pagar tributos, fato que resultou em uma guerra, vencida pelos moscovitas na Batalha de Kulikovo, em 1380. O reinado de Dmitry marcou o desconfito no âmbito da dinastia Rurik, uma vez que até então inexistia um critério de sucessão muito claro. Dmitry estabeleceu que o filho mais velho seria o sucessor ao trono, o que representou um aumento de estabilidade política.

O domínio mongol seria definitivamente encerrado somente no ano de 1480, na Batalha do Rio Ugra, no mesmo período em que o Império Bizantino se encontrava em franca decadência. Ivan III, então Príncipe de Moscou, designou a si mesmo como sucessor dos imperadores bizantinos com o título de Czar, e um Estado centralizado foi instituído.

Já no Grão-Ducado da Lituânia, que passara a anexar os territórios da Rus de Kiev à direita do Rio Dnieper, outros processos estavam se desenrolando. No século 14, a elite dominante da Lituânia se converteu ao catolicismo. No século XVI, assinou a União de Lublin com o Reino da Polônia, formando a República das Duas Nações, maior Estado europeu de sua época. A nobreza católica polonesa recebeu consideráveis propriedades de terras e privilégios no antigo território da Rus. De acordo com a União de Brest, de 1596, parte do clero ortodoxo russo ocidental submeteu-se à autoridade do Papa. Iniciou-se o processo de “polonização” e latinização, o que representou uma decadência da ortodoxia.

No Mapa 4 é possível observar a distribuição espacial resultante da divisão da antiga Rus de Kiev entre o Principado de Moscou e o Grão-Ducado da Lituânia, posteriormente, República das Duas Nações.

Como consequência de conflitos políticos, culturais e religiosos, os séculos XVI-XVII foram marcados por conflitos na região da bacia do Rio Dnieper. Ao longo de uma prolongada guerra entre o novo Estado russo e a República das Duas Nações, um sentimento nacionalista foi sendo forjado. Tal conflito foi encerrado com a Trégua de Andrúsovo, no ano de 1667, e que resultou na assinatura do Tratado de Paz Perpétua, em 1686. Por meio de tal tratado, o Estado russo incorporou a cidade de Kiev e as terras na margem esquerda do Rio Dnieper, incluindo a região de Poltava, a região de Chernigov e Zaporizhyya. Seus habitantes foram reunidos com a maior parte do povo ortodoxo russo. Estes territórios passaram a ser conhecidos na literatura da época como “Malorossiia” (Pequena Rússia).



MAPA 4: Distribuição espacial do Principado de Moscou e Grão-Ducado da Lituânia/República das Duas Nações (1261-1584) (Fonte do mapa: https://www.edmaps.com/emergence_moscow_principality.jpg).

O termo “Ucrânia” teria aos pouco sido incorporado para designar a região da Malorossiia, a partir uso do vocábulo eslavo antigo “okraina”, que significaria periferia ou territórios fronteiriços, e que pode ser encontrada em diversas fontes escritas do século XII.

Na margem direita do Rio Dnieper, que permaneceu sob o controle da República das Duas Nações pelos termos do Tratado da Paz Perpétua, as antigas ordens católicas foram restauradas e a proibição de manifestações ortodoxas se intensificou, gerando uma migração dos praticantes da fé ortodoxa para além da margem esquerda.

Sob o reinado do czar Ivan III, já no final do século XV, termina a presença tártaromongol na região que compreendia a antiga Rus de Kiev, então Principado de Moscou. A antes poderosa Horda Dourada recua para a Crimeia e além, particularmente as áreas geográficas do leste da Ucrânia, Cazaquistão e Uzbequistão, onde hoje ainda constitui uma presença étnica significativa.

Um aspecto relevante foi o fato que, após a queda de Constantinopla em 1453 para os otomanos, o Patriarcado Ortodoxo de Moscou teria se intitulado como a “Terceira Roma” (MORAN, 2023, p. 15). Tal proposição traz consigo um sentido de continuidade histórico-religiosa: após a queda Roma para os bárbaros (primeira Roma) e depois Constantinopla para os turcos (segunda Roma), a cidade de Moscou (a terceira Roma) permaneceria como herdeira das tradições do espaço cristão bizantino ou ortodoxo.

Entre os anos de 1598 e 1613, que corresponde ao período entre a morte do último governante da dinastia Rurik e a ascensão do primeiro czar da dinastia Romanov, a área correspondente ao principado de Moscou entrou em um período de conflitos e guerras internas, que passou para a história como o “Tempo das Perturbações” (ANTONOV, 2012, p. 43). Exércitos poloneses e suecos conquistaram diversas cidades russas nesse período.

A DINASTIA ROMANOV, O IMPÉRIO RUSSO E A REUNIFICAÇÃO DO ESPAÇO DA RUS

Em 1613, a escolha do jovem Mikhail Romanov para assumir um trono reunificado representou o surgimento do que seria o Estado russo atual. Contendo as ameaças polonesas e suecas, a Rússia volta seus olhos para o leste, onde a ameaça mongol não mais constituía um problema militar. Por volta de 1636, as primeiras expedições russas chegam ao longínquo Oceano Pacífico e estabelecem relações diplomáticas com a China.

Ao sul, onde anteriormente havia um poderoso aliado, o Império Bizantino, a Rússia passaria a contar com um agressivo inimigo: o Império Otomano. Na segunda metade do século XVIII, após diversas guerras com os otomanos, a Rússia incorporou a Crimeia e as terras da região do Mar Negro, então um vazio populacional, no que ficou conhecido como Novorossiia. Essa nova fronteira foi progressivamente povoada por pessoas provenientes de todas as províncias russas.

Após o fim da República das Duas Nações, o Império Russo recuperou as terras ocidentais da antiga Rus de Kiev, ou seja, boa parte da atual Ucrânia, com exceção da Galícia e da Transcarpátia, que se tornaram partes do Império Austríaco.

Segundo Magocsi (1996), a incorporação das terras da atual Ucrânia ao Estado russo não teria sido meramente o resultado de decisões políticas, militares ou diplomáticas. Teria sido sustentada por aspectos culturais, religiosos e linguísticos que não teriam sido apagadas no período de ocupação lituano-polonesa.

Assim, no início do século XVII, a Igreja Ortodoxa decidiu que os habitantes das regiões reincorporadas da extinta República das Duas Nações poderiam se reconverter à ortodoxia, uma vez que teriam sido forçadamente convertidos ao catolicismo, e tal decisão teria sido comunicada à Roma.

O longo período de indefinição de fronteiras, assim como a diversidade étnica original dos povos que habitavam as terras do sudoeste do Império Russo, tal como a porção oeste da Ucrânia, a Novorossiia (hoje as regiões de Zaporizhzhia, Donetsk e Lugansk), assim como a Crimeia, fez com que ali se desenvolvessem dialetos e aspectos culturais distintos. Ali viviam tártaros, armênios, gregos, judeus, caraitas, krymchaks, búlgaros, poloneses, sérvios, alemães e outros povos que se estabeleceram, todos preservando fé, tradições e costumes que traziam consigo, e que ainda hoje constituem um mosaico populacional diversificado.

O período das Guerras Napoleônicas marcou uma fase de consolidação do Império Russo no concerto europeu. Particularmente após a derrota dos exércitos

napoleônicos, como resultado da campanha de 1812, e o estabelecimento de uma nova ordem mundial decorrente dos acertos realizados no Congresso de Viena em 1815, o Império Russo tornou-se efetivamente uma potência europeia, e passou a ocupar o espaço anteriormente existente na República das Duas Nações, ou seja, os países bálticos e a Polônia, assim como a Finlândia. E também a Ucrânia, exceto a Galícia, que somente após a Segunda Guerra Mundial seria reincorporada à futura República Socialista Soviética da Ucrânia.

Após a reincorporação do território ucraniano, diversas iniciativas do Império Russo passaram a restringir a publicação e circulação de literatura religiosa e cultural na língua local. Mas também há evidências objetivas de que o Império Russo estava testemunhando um processo ativo de desenvolvimento da identidade cultural malorussa dentro da grande nação russa, que uniu os velikorussos, os malorussos e os bielorrussos.

Ao mesmo tempo, a ideia do povo ucraniano como nação separada dos russos começou a se formar e ganhar terreno, por meio da ação da elite polonesa, esta agora incorporada ao Império Russo como Grão-Ducado de Varsóvia. A maioria das ricas terras agricultáveis ucranianas eram de propriedade de famílias polonesas.

Também na Galícia e na Volínia Ocidental, que desde o final do século XIX permaneciam sob o domínio do Império Austro-Húngaro, ocorria um grande esforço das autoridades de Viena no sentido de valorizar a cultura local ucraniana, particularmente com a finalidade de se contrapor aos movimentos nacionalistas polônês e pró-russo naquela região.

O declínio do Império Russo, entretanto, decorrente de fatores internos e externos, se acentuou após a Primeira Guerra Mundial, culminando com as revoluções de 1917 e a deposição de Nicolau II, último representante da dinastia Romanov.

O CORDON SANITAIRE E O NASCIMENTO DE UM ESTADO UCRANIANO

Durante a Primeira Guerra Mundial, Viena atuou no sentido de alimentar o antagonismo das populações ucranianas contra o agora inimigo russo. Dentre as medidas adotadas estava a formação da chamada Legião de Fuzileiros Ucranianos, que foi enviada às linhas de frente. Os galegos que fossem acusados de simpatizar com o cristianismo ortodoxo e a Rússia foram submetidos a uma repressão sem precedentes. Eles teriam sido aprisionados nos campos de concentração de Thalerhof e Terezín, precursores dos campos de extermínio que seriam criados posteriormente pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

A instabilidade econômica e social na sociedade russa e a desastrosa atuação na grande guerra selaram o fim da dinastia Romanov. Uma feroz guerra civil eclodiu em todo o vasto território do antigo Império Russo e levou a intervenção estrangeira, que buscou intervir para evitar a saída da Rússia na guerra contra os Impérios Centrais.

Em março de 1917 a Rada Central foi estabelecida em Kiev, destinada a se tornar o órgão do poder supremo. Em novembro de 1917, a Rada declarou a criação da República Popular da Ucrânia (RPU), ainda como parte integrante da Rússia.

De forma inesperada, em dezembro de 1917, representantes da RPU chegaram a Brest-Litovsk, onde a Rússia soviética negociava um tratado de paz com a Alemanha. Em uma reunião em 10 de janeiro de 1918, o chefe da delegação ucraniana leu uma nota proclamando a sua independência. Posteriormente, a Rada Central ratificaria a independência da Ucrânia. Pela primeira vez na história surgia um Estado ucraniano independente.

Entretanto, a soberania ucraniana não duraria muito tempo. Tendo seu território ocupado por tropas alemãs apenas algumas semanas depois, os delegados da Rada assinaram um tratado separado com os países do bloco alemão. A Rada Central foi derrubada e um preposto alemão, Pavlo Skoropadskyi, foi colocado à frente de um governo de fachada, que imediatamente declarou que a Ucrânia estaria sob a proteção alemã.

Segundo Anghel (2012, p. 49), a implosão do Império Russo constituía um dos objetivos principais da Alemanha e da Áustria nas negociações lavadas ao cabo em Brest-Litovsk. A delegação russa, chefiada pelo revolucionário comunista Leon Trotsky, não impôs restrição alguma aos ditames impostos pelos vencedores, uma vez que ele e seu líder, Vladimir Lenin, estavam mais preocupados com o sucesso de sua revolução proletária do que com questões geopolíticas relacionadas a um Império que lutaram para depor.

Como consequência, não apenas a Ucrânia, mas também a Finlândia, a Lituânia, a Letônia, a Estônia e a Polônia se tornaram Estados independentes. Na visão alemã, esta vasta região estaria vocacionada para se constituir uma área livre de qualquer influência que atentasse contra os interesses germânicos. Entretanto, com a derrota dos Impérios Centrais e as negociações realizadas em Versailles, o tema ganhou novos contornos, pois também interessaria aos vencedores. O isolamento da ameaça comunista que surgia no leste agora passava a ser uma preocupação das potências ocidentais. E surgiu justamente na França a ideia de que essa região se tornasse uma zona de amortecimento contra a ameaça bolchevique. Era a política do *Cordon Sanitaire*.

A França se unia à Alemanha e à Áustria no interesse geopolítico comum pela existência de um Ucrânia independente.

A CONSOLIDAÇÃO DA UCRÂNIA NO PERÍODO SOVIÉTICO

No outono de 1918, no bojo da Guerra Civil Russa, nacionalistas ucranianos da região do Donetsk proclamaram a República Popular da Ucrânia Ocidental (RPUO) e, em janeiro de 1919, anunciaram sua unificação com a RPU. Em julho de 1919, as forças ucranianas foram derrotadas pelas tropas polonesas e o território da antiga RPUO foi novamente anexado ao domínio polonês.

Em abril de 1920, Symon Petliura (hoje considerado um dos próceres da independência ucraniana) concluiu convenções secretas em nome da RPU,

abrindo mão – em troca de apoio militar – das terras da Galícia e da Volínia Ocidental para a Polônia. Em maio de 1920, milícias sob as ordens de Petliura entraram em Kiev à frente de um comboio de tropas polonesas. Mas, novamente, tal iniciativa não resistiria por muito tempo. Já em novembro de 1920, após uma trégua entre a Polônia e a Rússia soviética, os remanescentes das forças de Petliura foram presos pelos seus próprios aliados poloneses.

O exemplo da instabilidade vivida pela RPU mostra claramente que seu destino esteve sempre condicionado ao interesse nacional estrangeiro. Durante a Guerra Civil Russa, os nacionalistas ucranianos procuravam criar seus próprios Estados independentes, enquanto os líderes dos chamados movimentos branco e vermelho (bolcheviques), ambos defendiam uma união com a Rússia.

Assim, no início de 1918, a República Soviética de Donetsk-Krivoy Rog foi proclamada e seus líderes solicitaram a Moscou para incorporá-la à nova Rússia Soviética. Entretanto, isso foi recebido com uma recusa. Durante uma reunião com os líderes da república, Vladimir Lenin insistiu que eles deveriam buscar antes uma união de toda a Ucrânia, antes de torná-la soviética. Em 15 de março de 1918, o Comitê Central do Partido Comunista Russo (bolcheviques) ordenou diretamente que delegados fossem enviados ao Congresso Ucraniano dos Sovietes e aos representantes de Donetsk, com a proposta de que “um governo para toda a Ucrânia” fosse estabelecido.

Sob o Tratado de Riga de 1921, celebrado entre a República Federativa Socialista Soviética (RFSS) da Rússia, a RSS da Ucrânia e a Polônia, ficou acordado que as terras ocidentais do antigo Império Russo seriam cedidas à Polônia. No período entre guerras, o governo polonês seguiu uma política ativa de reassentamento, buscando mudar a composição étnica das chamadas “terras orientais” (o que hoje é a porção ocidental da Ucrânia), Belarus Ocidental e partes da Lituânia. As áreas foram submetidas a uma dura política de “polonização”, na qual a cultura e as tradições locais foram suprimidas. Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, grupos radicais de nacionalistas ucranianos usaram isso como pretexto para o terror não apenas contra os poloneses, mas também contra as populações judaica e russa, fato que gera ressentimentos até hoje com a Polônia.

Somente em 1922 a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi criada, na qual a RSS da Ucrânia foi um dos Estados fundadores. Isso ocorreu no bojo de um debate bastante acirrado entre os líderes bolcheviques, que resultou na implementação do plano de Lênin de formar um Estado constituído como uma federação de repúblicas iguais.

Em 1921 foi estabelecido o direito de as repúblicas se separarem livremente da União, o que foi incluído no texto da Declaração sobre a Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, posteriormente, na Constituição Soviética (URSS, 1924).

À época ninguém poderia imaginar que tal previsão, acordada no raiar da criação da URSS, seria responsável pelo seu fim 70 anos depois, ato formalizado pela Declaração de Alma-Ata, que instituiu a Comunidade dos Estados Independentes

(1991), documento, diga-se de passagem, nunca assinado ou ratificado pela Ucrânia.

Nas décadas de 1920-1930, os bolcheviques promoveram ativamente a “política das nacionalidades” em todas as Repúblicas integrantes da URSS. Na Ucrânia, isso representou uma política de fortalecimento da cultura ucraniana, que ao estilo peculiar de Stalin (então Secretário das Nacionalidades), foi imposta mesmo aos não ucranianos. Smith (2013) chega a afirmar, inclusive, que esta política teria sido a grande responsável pelo fortalecimento do nacionalismo ucraniano.

Em 1939, a URSS recuperou as terras anteriormente cedidas à Polônia pelo Tratado de Riga, por meio do Tratado Ribbentrop-Molotov, assinado com a Alemanha nazista. Uma grande parte deles tornou-se parte da Ucrânia soviética. Em 1940, a RSS da Ucrânia incorporou parte da Bessarábia, que havia sido ocupada pela Romênia desde 1918, bem como a Bucovina do Norte. Em 1948, a Ilha Zmeiny (Ilha da Serpente), no Mar Negro, tornou-se parte da Ucrânia. Em 1954, sob o governo de Khrushchev, a região da Crimeia da RFSS da Rússia foi entregue à RSS da Ucrânia.

Do exposto, e em consonância com o que Jeremy Smith (2013) apresenta em seu bem documentado livro *Red Nations (Nações Vermelhas)*, a Ucrânia atual deve muito de sua cultura e a integralidade do seu território ao período soviético.

Apenas como parêntesis, é importante destacar que a Rússia soviética era um Estado-Membro federativo dentro de outra federação, que era a URSS. Isto decorreu devido ao seu claro perfil multinacional. A RSS da Ucrânia, por outro lado, mesmo tendo também uma constituição multinacional, optou por forma unitária. Isto terá consequências importantes para o contexto atual, uma vez que sendo um Estado unitário, para a Ucrânia não é possível a aceitação de regiões autônomas, características de um Estado federativo. Tais formas de Estado se mantiveram após o fim da URSS, em 1991.

CONCLUSÃO

Voltando a nossa problematização, pretendemos concluir se Rússia e Ucrânia possuem uma origem comum. No desenvolvimento do presente trabalho foi possível identificar dois lados dessa questão: o aspecto linguístico-cultural, diretamente ligado ao conceito de nação, e o aspecto político, assim entendido como a base para a formação de um Estado.

Quanto ao primeiro aspecto, identificamos três diferentes pontos de vista: uma vertente linguística, outra cultural e uma última que chamaríamos de “reconhecimento”.

Sob o aspecto linguístico, não resta dúvida que a língua russa e ucraniana são variantes bastante próximas da família linguística dos eslavos de leste, e quanto a isso não há muito o que debater.

Quanto ao aspecto cultural, verificamos que os povos russo e ucraniano conviveram continuamente entre os anos de 862-1240 e entre 1921-1991. Seriam

quase 500 anos de história em comum. Considerando que a Federação da Rússia e a Ucrânia foram criadas em 1991, possuem apenas 32 anos de história no formato de seus Estados atuais. Seria difícil desconsiderar os mais de 500 anos de história compartilhada, por mais esforço que fizéssemos. Mas se formos considerar também o aspecto religioso, decorrente da conversão de boa parte da população de ambas as nações ao credo ortodoxo, sabidamente muito mais cioso das tradições do que os católicos romanos, poderemos facilmente aumentar em algumas centenas de anos esta comunhão de costumes e cultura comum.

Quanto à vertente que chamamos de reconhecimento, teremos que nos lembrar do conceito de nação apresentado por Gellner (1993). Segundo ele, seria o reconhecimento mútuo o fator primordial para a formação de uma nação e, portanto, não os atributos eventualmente compartilhados. No caso russo-ucraniano, os atributos seriam muitos, mas o reconhecimento mútuo é sabidamente questionado, particularmente pelo fato de que, tanto a Federação da Rússia, quanto a Ucrânia, constituem estados multinacionais. No caso da Rússia isso fica mais evidente, na medida em que ela é uma federação. Mas no caso da Ucrânia, um Estado sob forma unitária, fica muito mais complexa a manutenção de regiões autônomas para acomodar povos com perfis culturais diferentes. E tal característica é uma fonte de conflito.

Passando ao aspecto político, pudemos observar que os atuais Estados russo e ucraniano são bastante jovens, tendo sido criados com a debacle da URSS em 1991. Não resta dúvida que possuem uma origem imediata, e mesmo remota, comum. Imagino que há de se fazer um esforço muito grande para se contar a história de um sem se falar nas interações havidas com o outro desde o ano de 862, ou seja, ao longo de mais de mil anos. Mesmo que tal história seja recheada de momentos de amor e de ódio.

Voltando às aulas do professor Timothy Snyder, num curso denominado *The Making of Modern Ukraine (A formação da Ucrânia Moderna)*, tal dificuldade em manter compartimentada uma história comum fica evidente, particularmente ao se acompanhar seu curso virtual (SNYDER, 2022), pois ali chama a atenção o esforço que o dito professor de Yale teve, ao reservar todas as quatro primeiras aulas (de um total de 20) apenas para construir uma narrativa para justificar o contrário. Além disso, Snyder desconsidera aspectos históricos básicos, como a existência da dinastia Rurik, o impacto da invasão tártaro-mongol na transferência do centro de poder da Rus de Kiev para Novgorod, ou mesmo a mudança da sede da Igreja Ortodoxa para o Principado de Moscou, pontos presentes nas principais obras de referência histórica, e que fizemos questão de destacar ao longo deste trabalho. Isto sem falar na óbvia proximidade dos idiomas russo e ucraniano, como partes de um mesmo ramo da língua eslava.

Isso tudo não exclui a existência de um processo de formação das identidades nacionais russa e ucraniana no bojo dos respectivos Estados, ainda jovens na configuração atual. Processo este que certamente não será breve e tampouco pacífico, caso se mantenha a via antagônica escolhida por ambos.

Mas nos chama a atenção o fato de que, ao longo da história, a formação da nacionalidade ucraniana foi sistematicamente utilizada por potências

estrangeiras, nomeadamente Lituânia, Polônia, Áustria, Alemanha e França, e talvez hoje em dia os Estados Unidos, para isolar a Rússia do contexto europeu.

Mas o fato que não pode ser mudado é que ambos os países têm uma origem comum, aspecto que poderia estar sendo utilizado para uma construção conjunta e não para destruição mútua.

REFERÊNCIAS

ANGHEL, Florin. *Eastern Borderlands as “cordon sanitaire”*. Annales Universitatis Mariae Curie-Sklodowska. v. LXVII. Lublin: University of Constanta, 2012. pp. 49-61.

ANTONOV, Boris. *The Russian Tsars: The Rurikids and The Romanovs*. St. Petersburg: Novator, 2012.

BLINNIKOV, Mikhail S. *A geography of Russia and its neighbors*. Guilford. Nova Iorque, 2011.

COMUNIDADE DOS ESTADOS INDEPENDENTES, Declaração de Alma-Ata, 21 de dezembro de 1991. Independências dos Estados. Disponível em: <http://www.cis.minsk.by/page.php?id=178>.

CROSS, Samuel H. (ed.). *The Russian Primary Chronicle: Laurentian Text*. Cambridge: Crimson Printing Company, 1953.

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

HEROD, Charles C. *The Nation in the History of Marxian Thought: The Concept of Nations with History and Nations Without History*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976.

MAGOCSI, Paul R. *A History of Ukraine*. Toronto: University of Toronto Press, 1996.

MORAN, Alejandro Nelson Bertocchi. *El Conflicto de Ucrania y sus referencias históricas*. *Observatorio del Conflicto Ucrania-Rusia*, Buenos Aires, nº 10, abril/maio de 2023. Disponível em: <https://shre.ink/avKv>.

PUTIN, Vladimir. *On the Historical Unity of Russians and Ukrainians*. Moscow: Boris Yeltsin Presidential Library, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/aMq4>.

SGARBOSSA, Luís F.; **IENSUE**, Geziela. *Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo*. [S.l.]: Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica, 2018.

SMITH, Jeremy. *Red Nations: The Nationalities Experience in and after the USSR*. Londres: Cambridge, 2013.

SNYDER, Timothy. *The Making of Modern Ukraine: Class 1*. YouTube, 1º de setembro de 2022. Disponível em: <https://shre.ink/aJMY>.

STATHAKOPOULOS, Dionysios. *The Byzantine Empire: a short History*. Londres: Tauris & Co, 2015.

SUBTELNY, Orest. *Ukraine: a history*. Toronto: University of Toronto Press, 4^a ed., 2009.

SUSSEX, Roland; **CUBBERLEY**, Paul. *The Slavic Languages*. New York: Cambridge University Press, 2006.

URSS. *Constitutsia (Oznovoi Zakon) Soiuzo Sovietskoi Socialisticheskoi Respubliki*. Utverjdena 2^o Siedom Sovietov Soiuzo SSR. 31 de janeiro de 1924. Disponível em: http://constitution.garant.ru/history/ussr-rsfsr/1924/red_1924/185480/.

****Marco Antonio de Freitas Coutinho**, coronel da reserva do Exército Brasileiro, é bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. É pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e mestrando em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). Pode ser contatado pelo e-mail: marcocoutinho@hotmail.com.*
